

RECURSO ESPECIAL Nº 1.868.232 - RJ (2020/0069733-7)

RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA
RECORRENTE : ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR : MARCELO ZENNI TRAVASSOS - RJ135179
RECORRIDO : MARIA DAS GRACAS MOTTA GUSMAO
ADVOGADOS : JORGE ÁLVARO DA SILVA BRAGA JUNIOR - RJ072994
PAULO ANTONIO DE FREITAS LOBO - RJ079566

DECISÃO

Trata-se de recurso especial manejado pelo **Estado do Rio de Janeiro** com fundamento no art. 105, III, *a*, da CF, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, assim ementado (fl. 683):

Funcionária Pública. Pretensão deduzida por serventuária da justiça visando o recebimento imediato da diferença de reajuste remuneratório estabelecido pela Lei nº 1.206/87, por haver sido concedido o percentual de 24% (vinte e quatro por cento) de uma só vez aos seus pares através de decisão judicial. Pleito fundamentado no fato de que o pagamento parcelado implicaria em violação ao princípio constitucional da isonomia. Devolução dos autos a esta Câmara Cível para seu reexame e eventual retratação, em razão de aparente divergência com o RE 592.317/R.7, conforme previsão constante do artigo 1.030, inciso II do Código de Processo Civil.

Impossibilidade de o Poder Judiciário, por isonomia, alterar a remuneração dos funcionários públicos.

Súmula Vinculante 37 do STF. Hipótese concreta julgada pela Corte Constitucional, pelo rito da repercussão geral, que considerou indevida a extensão, por via judicial, do reajuste concedido pela Lei Fluminense 1.206/1987. Ressalva do entendimento pessoal do relator, com base na Súmula 300 deste TJ-RJ e dos votos vencidos no julgamento do STF. Recurso fazendário provido, para se julgar improcedentes os pedidos iniciais.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (fls. 702/707).

A parte recorrente aponta violação ao art. 85, *caput*, e § 1º, do CPC/2015. Sustenta que, tendo sido julgada improcedente a pretensão formulada pela parte autora, ora recorrida, deveria ela arcar com o ônus da sucumbência.

Argumenta que, "deixando de inverter os ônus sucumbenciais em nome do princípio da causalidade, incorreu o v. acórdão em flagrante violação ao art. 85 do CPC de 2015, em seu caput e § 1º", nos termos dos quais "a sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor", sendo devidos honorários inclusive nos recursos interpostos. Veja-se que o artigo 85, § 10, do CPC de 2015 é claro e expresso ao prever que, nos casos de perda de objeto, os honorários são devidos por quem dera causa ao processo." (fl. 719).

Pugna, ao final, pelo provimento do recurso especial para inverter "o ônus de sucumbência em favor do ora recorrente, na forma do art. 85 do CPC/15, uma vez que a apelação foi acertadamente provida, reformando-se a sentença para julgar improcedente a ação" (fl. 721).

É O RELATÓRIO. PASSO À FUNDAMENTAÇÃO.

O Tribunal de origem condenou o Estado do Rio de Janeiro a arcar com o ônus da sucumbência, malgrado a improcedência do pedido autoral, nos seguintes termos (fls. 705/707):

Compulsando-se os presentes autos, verifica-se que a pretensão do ente embargante consiste em ver modificada a decisão, para que seja fixada a verba honorária sucumbencial, decorrente da decisão colegiada que julgou totalmente improcedente a pretensão da servidora.

Da dinâmica dos fatos, constata-se que a decisão de fls.165/168, julgou procedente o pedido autoral para condenar o réu a reajustar os proventos da parte autora, fazendo incidir de imediato o percentual de 24%, abatendo-se deste os percentuais já implementados e a pagar as prestações vencidas, levando-se em consideração o quinquênio anterior ao ajuizamento da demanda, corrigidas monetariamente a partir de cada vencimento e acrescidas de juros moratórios de 6% ao ano, na forma do artigo 1º F da Lei 9.494/97 até 30.06.2009 e, a partir daí, com a observância da modificação feita pela Lei 11.960/09. Condenou ainda o réu a pagar honorários de sucumbência que fixo em R\$ 500,00 (quinhentos reais) a teor do disposto no artigo 20, § 4º do CPC. Tal decisão se viu ratificada pela decisão monocrática de fls. 322/327 e as colegiadas de fls.322/327 e 344/347, e somente foi modificada por ocasião da devolução dos autos a este Órgão Julgador para reexame previsto no artigo 1.030, II do CPC, conforme se vê às fls.681/685, deixando de

inverter os ônus sucumbenciais.

Sabe-se que o princípio da causalidade não se contrapõe ao princípio da sucumbência. Antes, é este um dos elementos norteadores daquele, pois, de ordinário, o sucumbente é considerado responsável pela instauração do processo e, assim, condenado nas despesas processuais. O princípio da sucumbência, contudo, cede lugar quando, embora vencedora, a parte deu causa à instauração da lide.

Segundo o princípio da causalidade, consagrado tanto na doutrina quanto na jurisprudência, os encargos processuais devem ser atribuídos à parte que provocou o ajuizamento da ação.

Lembremos aqui os ensinamentos de Yussef Said Cahali:

(...)

Desse modo, a pretensão do ente embargante se revela ilegítima, considerando-se que a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pacífica no sentido de que a sucumbência, regulada no artigo 85 do CPC, está contida no princípio da causalidade, segundo o qual, aquele que deu causa à instauração do processo deve arcar com as despesas dele decorrentes.

Sucedo que, ao assim decidir, a Corte de origem efetivamente afrontou o art. 85, *caput*, do CPC/2015, segundo o qual "a sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor".

Com efeito, esta Corte entende que, "diante do princípio da sucumbência, o vencido fica condenado ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, os quais devem ter como base de cálculo o valor da condenação ou do proveito econômico obtido e, na hipótese de não haver condenação ou não sendo possível mensurar o proveito econômico, no valor atualizado da causa" (**AgInt no REsp 1.658.473/MG**, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, DJe 29/08/2018).

Nesse mesmo sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECUSO ESPECIAL. AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA AJUIZADA PELO CAUSÍDICO OBJETIVANDO A SUCUMBÊNCIA. ACORDO HOMOLOGADO ENTRE AS PARTES SEM A SUA PARTICIPAÇÃO. PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE ADOTADO PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. AGRAVO INTERNO DO

PARTICULAR A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

[...]

2. Os ônus das verbas honorárias serão imputados à parte vencida ou a quem deu causa à instauração do processo, em observância aos princípios da sucumbência e causalidade.

3. A verificação do quantitativo sucumbencial na forma pretendida para parte recorrente, demandaria necessariamente a incursão no acervo fático-probatório dos autos o que é inviável em sede de recurso especial.

4. Agravo Interno do particular a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 662.835/MS, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, DJe 04/10/2017)

Destarte, uma vez que a parte recorrida restou vencida na presente demanda, deverá ela arcar com o ônus da sucumbência, a qual deverá, portanto, ser invertida, nos termos do citado art. 85, *caput*, do CPC/2015.

ANTE O EXPOSTO, conheço do recurso especial e dou-lhe provimento para reformar parcialmente o acórdão recorrido e, nessa extensão, inverter o ônus da sucumbência, que deverá ser integralmente suportado pela parte autora, ora recorrida.

Publique-se.

Brasília (DF), 20 de março de 2020.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator